Foco Relações Governamentais

Nota Informativa

Edição 013/2024

DESTAQUES

Ministro Flávio Dino apresenta resultados da 1ª Reunião de Transição do MJSP

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel deve leiloar 700 MHz devolvido pela Winity em 2025 ou início de 2026

Lei da subvenção pode prejudicar pesquisa e desenvolvimento

ANPD realiza evento online alusivo ao Dia Internacional da Proteção de Dados

Prorrogada consulta pública de coleta de dados setoriais

Regular inteligência artificial é prioridade do país, não só do Legislativo, alerta Arthur Lira

SIMPI e IPEM/SP firmam parceria apara financiar inovação na micro e pequena indústria

ABINC endossa declaração conjunta de apoio à segurança de dispositivos IoT para consumidores

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marcelo Alves da Silva é o novo Superintendente de Fiscalização da Anatel

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Receita estima que limite estabelecido para compensações tributárias afeta 495 empresas

Haddad defende desonerar investimentos e exportação para impulsionar crescimento do país

Governo arrecada R$ 2,31 trilhões em receitas federais em 2023

ORÇAMENTO

Ed. America Office Tower, salas 125 à 131, Setor Comercial Norte
CEP 70.711-905 Brasília - DF +55 (61) 3327 1289
foco-legislativo.com.br foco@foco-legislativo.com.br

BNDES não usará recursos da União em política industrial, diz diretor

Governo tenta manter MP da reoneração em vigor para bloquear valor menor no Orçamento

DESTAQUES

Ministro Flávio Dino apresenta resultados da 1ª Reunião de Transição do MJSP

Poder Executivo **| 23/01/2024 – 19h14**

Os ministros Flávio Dino e Ricardo Lewandowski apresentaram, na terça-feira (23) os resultados da 1ª Reunião de Transição do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A nomeação de Lewandowski foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União (DOU) e ele toma posse como titular do MJSP no próximo dia 1º de fevereiro. Até este dia, o ministro Flávio Dino continua à frente da pasta. A reunião contou com a presença dos atuais secretários e assessores especiais do Ministério, e, também, com parte da equipe que assumirá os trabalhos com o novo ministro. Após o encontro, o ministro Flávio Dino esclareceu algumas questões. A reunião, por exemplo, marcou a instalação da equipe de transição do MJSP. Flávio Dino colocou a atual equipe à disposição do futuro ministro, que, na prática vai supervisionar o trabalho. "As pessoas do ministro Lewandowski ficarão sediadas no MJSP na última semana do mês. As palavras fundamentais são estabilidade, segurança e continuidade", disse Flávio Dino. Fonte: ASCOM MJSP

Leia mais
Retorno ao índice

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel deve leiloar 700 MHz devolvido pela Winity em 2025 ou início de 2026

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 14h04min**

A faixa nacional de 700 MHz devolvida pela Winity no final de 2023 está no planejamento de leilões de espectro da Anatel e pode ser disponibilizada novamente ao mercado entre o final de 2025 e o começo de 2026. A indicação foi feita pelo comando da agência a interlocutores do mercado durante evento da XP Investimentos na última semana. Na ocasião, a Anatel indicou que pretende priorizar a distribuição da faixa para novos entrantes. Em seguida, uma distribuição secundária para operadoras já estabelecidas poderia ser feita. O modelo seria similar ao utilizado no leilão do 700 MHz em 2021 – que teve a Winity como vencedora de lote de 10+10 MHz, em primeira rodada sem a participação das grandes. Posteriormente, a empresa tentou alugar metade desta capacidade para a Vivo, em negócio abandonado após a fixação de duras condicionantes por parte da Anatel. A renúncia ainda deve ser apreciada pelo Conselho Diretor da agência. Fonte: Teletime

Leia mais
Retorno ao índice

Lei da subvenção pode prejudicar pesquisa e desenvolvimento

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 13h07min**

Resultado da conversão em lei da conhecida Medida Provisória nº 1.185, a Lei nº 14.789, de 2023, alterou substancialmente a regulamentação do tratamento tributário das subvenções econômicas concedidas pelo Poder Público às empresas privadas. O foco do Ministério da Fazenda ao propor essa mudança parece ter sido o embroglio relativo aos incentivos e benefícios fiscais de ICMS. No entanto, usou-se uma bazuca para tentar matar

uma mosca. As subvenções econômicas estão previstas na Lei das Finanças Públicas (artigo 12, parágrafo 3º, inciso II da Lei nº 4.320, de 1964) e seu tratamento tributário havia sido estabelecido, inicialmente, pelo Decreto-lei nº 1.598, de 1977, e depois adaptado ao padrão internacional de relatórios financeiros (IFRS) por meio do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014. Já escrevi em outra oportunidade: a solução legislativa combinava aspectos de finanças públicas, tributação e relações societárias e contábeis; por conta disso, era uma regulamentação que merecia elogio. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

ANPD realiza evento online alusivo ao Dia Internacional da Proteção de Dados

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 09h57min**

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) realizará, na próxima terça (30), evento online em alusão ao Dia Internacional de Proteção de Dados. Em mesa redonda transmitida no canal da Autarquia no YouTube por este link, servidores falarão sobre como a proteção de dados funciona no dia a dia do cidadão, e darão dicas o exercício de direitos. Serão abordados os temas direito dos titulares; incidentes de segurança; dados pessoais de crianças e adolescentes; biometria; e transferência internacional de dados. Segundo o Diretor-Presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves, “o objetivo é mostrar às pessoas que a proteção de dados pessoais está presente em atividades do cotidiano, e que exercer os direitos relacionados é mais simples do que se imagina”. O Dia Internacional da Proteção de Dados é comemorado em todo o mundo no dia 28 de janeiro. A data celebra o dia da assinatura do primeiro − e único − tratado internacional sobre proteção de dados: a Convenção para a Proteção de Indivíduos com Relação ao Processamento Automático de Dados Pessoais, comumente referida como “Convenção 108 Fonte: ASCOM ANPD

Leia mais
Retorno ao índice

Prorrogada consulta pública de coleta de dados setoriais

Poder Executivo **| 24/01/2024**

A Anatel decidiu prorrogar a consulta pública de atualização de coleta de dados setoriais, lançada no ano passado, e cujo prazo se encerraria este mês. A dilação do prazo foi solicitada pela Conexis, que alegou dificuldades para formular as contribuições, tendo em vista o período de festas de final de ano. A agência acatou o argumento, e prorrogou a consulta para até o dia 7 de fevereiro. Entre as motivações para a atualização pontual dos dados setoriais a serem coletados pelas empresas e entregues ao regulador o objetivo de “oferecer melhorias nas disposições regulamentares associadas à coleta de dados setoriais pela Anatel, principalmente aquelas concernentes às operações pontuais de coleta e transferência de dados setoriais e à adequação à política de governança e gestão executiva da Anatel”. Na avaliação da agência, essa iniciativa está aderente “aos objetivos constantes do Plano Estratégico 2023-2027, especificamente o “Objetivo de Resultado 4: Garantir atuação de excelência com foco nos resultados para a sociedade”. Fonte: Tele Síntese

Leia mais
Retorno ao índice

Regular inteligência artificial é prioridade do país, não só do Legislativo, alerta Arthur Lira

Poder Executivo **| 23/01/2024– 09h11min**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), diz que regular o uso da inteligência artificial é prioridade não só do Legislativo, mas de todo o país. Ele alerta que a inteligência artificial vai mudar a vida de todos os setores e é preciso evitar que ela seja usada de forma ilegal ou que prejudique a sociedade. O deputado afirma que o tema será uma das prioridades deste ano na Câmara, porque a inteligência artificial pode prejudicar empresas,

pessoas físicas e a política. "Alguém pode alterar o conteúdo de uma fala de uma pessoa, deturpando totalmente o que ela falou. Isso pode ser fatal para uma campanha política, para a vida das pessoas, de empresas, então regular a inteligência artificial é uma prioridade do país", afirmou Arthur Lira ao blog. Fonte: G1 Notícias

Leia mais
Retorno ao índice

SIMPI e IPEM/SP firmam parceria apara financiar inovação na micro e pequena indústria

Mercado **| 23/01/2024**

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria (SIMPI) e o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM/SP) anunciam a assinatura de um Protocolo de Intenções voltado para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico. A parceria entre o SIMPI e o IPEM/SP tem como objetivo promover ações que fortaleçam o ecossistema de inovação e tecnologia, disseminando a Infraestrutura da Qualidade. O Protocolo de Intenções estabelece a base para a formalização de um Acordo de Parceria, visando o suporte e a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no campo da ciência e tecnologia. A medida vai de encontro como sentimento da categoria, que anseia por inovação em suas empresas, mas que ainda vê dificuldades para investir em recursos ou pessoal. De acordo com a pesquisa SIMPI/Datafolha, 34% apontam a falta de recursos financeiros como principal barreira para investir em inovação tecnológica na sua empresa, e na sequência aparecem falta de mão-de-obra capacitada (18%) e incerteza sobre retorno (11%). Fonte: TI Inside

Leia mais
Retorno ao índice

ABINC endossa declaração conjunta de apoio à segurança de dispositivos IoT para consumidores

Mercado **| 23/01/2024**

Por meio do Conselho do Mundo Conectado do Fórum Econômico Mundial, líderes da Consumers International, do Cybersecurity Tech Accord e do I Am the Cavalry, representando mais de 400 organizações globalmente, colaboraram para reconhecer um consenso emergente sobre disposições básicas de cibersegurança para dispositivos IoT do consumidor. Confira o documento na íntegra, em português. Fonte: ASCOM ABINC

Leia mais
Retorno ao índice

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marcelo Alves da Silva é o novo Superintendente de Fiscalização da Anatel

Poder Executivo **| 24/01/2024**

A Anatel publicou na quarta-feira, 24, a portaria que define o novo superintendente de fiscalização: Marcelo Alves da Silva. Ele já ocupava a posição de substituto da SFI e vai agora definitivamente para o posto que era ocupado por Hermano Tercius, cedido ao Ministério das Comunicações para a função de Secretário de Telecomunicações. Alves é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui especialização em Administração de Empresas pela Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ingressou no setor de telecomunicações como engenheiro em 1996, na CTBC Telecom, então única empresa privada do setor. É servidor de carreira da Anatel desde 2015, onde já atuou como especialista na Superintendência de Planejamento e Regulamentação, chefe de assessoria e gerente de fiscalização na Superintendência de Fiscalização e assessor no Conselho Diretor. Fonte: Tele Síntese

Leia mais

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Receita estima que limite estabelecido para compensações tributárias afeta 495 empresas

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 05h02min**

A Receita Federal estima que o limite estabelecido para as compensações tributárias decorrentes de decisão judicial pode impactar 495 empresas no país, sendo seis delas com créditos acima de R$ 1 bilhão cada. O limite, previsto para valores a partir de R$ 10 milhões, está em vigor desde o dia 5. Faz parte da Medida Provisória (MP) nº 1.202, editada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de 2023 para tentar recuperar a base de arrecadação da União e viabilizar o déficit zero neste ano. Segundo dados da Receita obtidos com exclusividade pelo Valor via Lei de Acesso à Informação, 495 empresas informaram no ano de 2023 terem créditos tributários a partir de R$ 10 milhões, obtidos a partir decisão judicial, para abater tributos devidos. Ao todo, os créditos informados somam R$ 35,362 bilhões. O levantamento foi feito tendo como referência os créditos informados até o fim de agosto do ano passado. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Haddad defende desonerar investimentos e exportação para impulsionar crescimento do país

Poder Executivo **| 23/01/2024 – 16h26min**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (23) que é preciso desonerar investimentos e exportação para impulsionar o crescimento do país. "Dois pilares estão neste ato: a desoneração de investimento e a desoneração de exportação. Não existe país que se desenvolva sem estímulo a investimento e desoneração", afirmou o ministro. "Sem estímulo ao investimento ele não vai voltar, já que está em patamares muito aquém do nosso potencial", afirmou o ministro. Haddad participou de coletiva para comentar a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 2028. A desoneração do investimento, disse, é a "espinha dorsal" da reforma tributária. "O objetivo é fazer o país crescer com sustentabilidade fiscal, social e ambiental. Esse é o tripé da nossa matriz de desenvolvimento, gerando emprego de qualidade, com bons salários, e respeitar o meio ambiente", disse o ministro. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Governo arrecada R$ 2,31 trilhões em receitas federais em 2023

Poder Executivo **| 23/01/2024– 11h39min**

A arrecadação total das receitas federais fechou, no ano passado, em pouco mais de R$ 2,31 trilhões, informou na terça-feira (23) o Ministério da Fazenda. O valor apresenta uma queda de 0,12% em relação a 2022, descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em dezembro do ano passado, a arrecadação totalizou R$ 232,22 bilhões. O valor representa um crescimento real de 5,15% em relação a dezembro de 2022, descontado o IPCA. Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado, em dezembro de 2023, foi R$ 225,1 bilhões, representando um acréscimo real, medido pelo IPCA, de 5,48%, enquanto no período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a arrecadação alcançou R$ 2,204 trilhões, registrando acréscimo real pelo IPCA de 1,02%. Segundo o Ministério, o resultado da arrecadação foi influenciado por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023.
Fonte: Agência Brasil

Leia mais
Retorno ao índice

ORÇAMENTO

BNDES não usará recursos da União em política industrial, diz diretor

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 13h**

Depois de anunciar um investimento de R$ 250 bilhões para a indústria brasileira, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) indicou que não receberá recursos da União para chegar ao valor prometido. Em entrevista ao Valor Econômico, o diretor de desenvolvimento produtivo do banco, José Luiz Gordon, disse que a verba faz parte da programação orçamentária do órgão para os próximos anos.“Estamos alinhados com as previsões orçamentárias do governo, o BNDES está alinhado com a política do Ministério da Fazenda. O banco não vai usar recursos do Tesouro”, afirmou Gordon em entrevista publicada na 4ª feira (24.jan.2024). Fonte: Poder 360

Leia mais
Retorno ao índice

Governo tenta manter MP da reoneração em vigor para bloquear valor menor no Orçamento

Poder Executivo **| 24/01/2024 – 12h**

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) resiste a revogar a MP (medida provisória) da reoneração da folha de pagamento de 17 setores para evitar um contingenciamento maior de despesas na primeira reavaliação do Orçamento de 2024, que será feita no final de março. Segundo um integrante do governo, a proposta exerce hoje o papel de "âncora fiscal" do primeiro relatório. Sem ela, a equipe econômica precisaria incorporar uma perda calculada em ao menos R$ 16 bilhões com a desoneração de empresas e prefeituras aprovada pelo Congresso Nacional. O Executivo também ficaria impedido de incorporar os ganhos com as medidas de aumento de arrecadação, que somam pelo menos R$ 26 bilhões —dos quais R$ 6 bilhões com o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e R$ 20 bilhões com a criação de um limite para o uso de créditos obtidos pela via judicial para abater tributos. Fonte: Folha de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice